

A Grifols é um grupo global de cuidados de saúde, fundado em Barcelona em 1909 e empenhado em melhorar a saúde e o bem-estar das pessoas em todo o mundo. Suas três principais unidades de negócio – Biofarmacêutica, Diagnóstico e Suprimentos Biológicos – desenvolvem, produzem e comercializam soluções e serviços inovadores em mais de 100 países.

A Grifols respeita os direitos de privacidade de todos os titulares de dados que confiam à Grifols seus dados pessoais, e se compromete a cumprir com os regulamentos de proteção de dados aplicáveis em cada país.

Este aviso de privacidade foi preparado de acordo com o Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados da União Europeia (o "**RGPD**") e com as leis aplicáveis de proteção de dados e privacidade. Consulte a Seção 7 para ler as disposições específicas. Ele descreve as práticas de coleta de dados da Grifols e os direitos dos titulares de dados sobre o contexto da forma como a Grifols coleta, usa e compartilha seus dados pessoais.

Este aviso de privacidade se aplica ao tratamento de dados pessoais dos (a) indivíduos que enviam dúvidas ou denunciam possíveis violações de leis, regras e regulamentos, assim como de políticas e procedimentos internos, (b) indivíduos denunciados e (c) quaisquer terceiros envolvidos na referida denúncia.

1. Identificação dos responsáveis pelo tratamento de dados/proprietários de dados pessoais

Os responsáveis pelo tratamento de dados/proprietários são a Grifols, S.A. e a empresa do grupo Grifols localizada no país a partir do qual a denúncia é recebida ou com o qual se relaciona.

A identidade e os detalhes de contato das empresas do grupo Grifols estão disponíveis [aqui](#). As empresas do grupo Grifols que atuam como responsáveis conjuntos pelo tratamento serão referidas como "Grifols".

2. Identificação do encarregado da proteção de dados

O encarregado da proteção de dados atua como interlocutor entre a Grifols e você, a fim de se certificar do cumprimento da legislação de proteção de dados por parte da Grifols e de proteger da melhor forma os seus direitos nos termos dessa legislação. Você pode entrar em contato com o encarregado da proteção de dados através do e-mail dpo@grifols.com, a não ser que os responsáveis pelo tratamento de dados sejam a Grifols Deutschland GmbH ou a Haema AG, pois nestes casos você entra em contato com o encarregado da proteção de dados de cada uma dessas empresas através do e-mail dsb@grifols.com e dsb@haema.de, respectivamente.

Os titulares dos dados podem solicitar, se desejarem, mais informações ao encarregado da proteção de dados sobre os aspectos essenciais do acordo de responsabilidade conjunta pelo tratamento, que resulta do que está definido na Seção 1.

3. Finalidades, fundamento jurídico para o tratamento, categorias e destinatários de dados pessoais

Finalidade	Categorias de dados pessoais e destinatários	Fundamento jurídico
Gerenciar e documentar denúncias de indivíduos abordando questões, dúvidas ou possíveis violações de leis, regras e regulamentos, assim como políticas e procedimentos internos, incluindo a avaliação pertinente dos fatos relatados e a adoção das	<u>Categorias de dados pessoais:</u> <ul style="list-style-type: none">- Dados de identificação e características pessoais¹.- Dados de contato privado².- Dados profissionais³.- Categorias especiais de dados pessoais⁴.- Dados criminais (possíveis violações de leis, regras e regulamentos, assim como de políticas e procedimentos internos).	<u>Obrigação legal</u> <u>Interesse público:</u> quando a Grifols (a) não tem obrigação legal de ter um sistema de Whistleblowing, e (b) compartilha os resultados de suas próprias investigações com as organizações públicas ou outras organizações

medidas disciplinares correspondentes e das ações legais adequadas contra os infratores.	<u>Destinatários:</u> - As empresas do grupo Grifols. - Fornecedores de produtos e serviços. - Órgãos públicos.	investidas de tal autoridade pública. <u>Interesse legítimo:</u> quando do compartilhamento com as empresas do grupo Grifols para fins de administração interna. <u>Consentimento:</u> de documentar relatórios verbais. Ver secção 7 para outros casos
<p>¹ Por exemplo, nome, sobrenome e características pessoais na descrição factual do problema.</p> <p>² Por exemplo, número de telefone, endereço de e-mail e endereço privados.</p> <p>³ Por exemplo, a condição ou não de funcionário, cargo/função e local de trabalho.</p> <p>⁴ Por exemplo, dados de saúde, vida sexual e orientação sexual, origem racial ou étnica, opiniões políticas, filiação sindical, dados genéticos, dados biométricos e crenças religiosas ou filosóficas.</p>		

Sem prejuízo das categorias de dados pessoais constantes na tabela acima, informamos que as categorias de dados pessoais que são tratados para cumprimento de obrigações legais podem diferir dependendo da jurisdição do responsável pelo tratamento de dados relevante.

3.1 Informações adicionais sobre o fundamento jurídico para o tratamento de dados pessoais

A tabela acima mostra o fundamento jurídico aplicável para o tratamento de dados pessoais por finalidade. Nesta seção, você pode encontrar detalhes adicionais sobre a legalidade do tratamento:

- **Obrigação legal:** Aplica-se quando o processamento de dados pessoais é necessário para cumprir com as obrigações legais que se aplicam à Grifols. Seção 7 inclui detalhes sobre os regulamentos específicos aplicáveis à Grifols que exigem o tratamento de dados pessoais. O não fornecimento dos dados pessoais solicitados pode resultar na impossibilidade da Grifols cumprir tais obrigações legais.
- **Interesse público:** A Grifols precisa tratar os dados pessoais para o desempenho de uma tarefa realizada no interesse público ou no exercício da autoridade oficial.
- **Interesse legítimo (da Grifols e/ou qualquer terceiro):** A Grifols precisa detectar, avaliar e prevenir violações das leis, regulamentos, políticas e procedimentos internos aplicáveis, de acordo com seus princípios e valores corporativos. Portanto, a Grifols visa os seguintes interesses legítimos e que têm prioridade sobre os direitos fundamentais e liberdades dos titulares de dados, uma vez que o tratamento está dentro das expectativas razoáveis dos titulares de dados com base na sua relação com a Grifols:
 - Prevenção de fraude e
 - Gerenciamento diário de um grupo multinacional de empresas e administração interna, o que significa compartilhar informações com as empresas do grupo Grifols.

Em qualquer caso, os titulares de dados podem solicitar mais informações sobre o interesse legítimo ou exercer o **direito de objeção** ao tratamento de seus dados pessoais com base em interesses legítimos, enviando tal solicitação para o e-mail privacy@grifols.com.

- **Consentimento:** Deve ser obtido por meio de ação afirmativa clara, por exemplo, clicar em botões de aceite ou similar e para uma finalidade específica. Os titulares dos dados podem retirar seu consentimento a qualquer momento, conforme detalhado na Seção 6. A recusa pelos titulares dos dados de fornecer consentimento solicitado não afetará negativamente o relacionamento contratual com a Grifols.

O tratamento de categorias especiais de dados pessoais e dados relacionados com condenações penais e infrações são permitidos apenas de acordo com a regulamentação de cada país. Consulte a Seção 7 para mais detalhes.

3.2 Destinatários dos dados pessoais

A tabela acima mostra as categorias dos destinatários com os quais a Grifols pode vir a compartilhar dados pessoais, conforme a finalidade. Esta seção inclui informações adicionais sobre esses destinatários, quando aplicável:

- Grupo de empresas Grifols: A lista está disponível [aqui](#).
- Provedores de produtos e serviços: por exemplo, prestadores de Tecnologia da Informação e advogados.
- Órgãos públicos: por exemplo, organizações governamentais, autoridades policiais ou judiciais.

A Grifols fará o possível para que os dados pessoais sejam transferidos apenas para países que ofereçam um nível adequado de proteção de dados. Se os dados pessoais forem tratados em países que não oferecem esse nível de proteção, a Grifols e/ou os provedores (conforme o caso) adotarão, se necessário, as salvaguardas adequadas (isto é, as cláusulas contratuais padrão incluídas na Decisão de Execução (EU) 2021/914 da Comissão, de 4 de junho de 2021) para a realização destas transferências internacionais de dados de acordo com a legislação de proteção de dados aplicável. As informações específicas sobre as salvaguardas adequadas aplicáveis para cada transferência de dados internacionais podem ser pedidas à Grifols através do e-mail privacy@grifols.com.

A Grifols não compartilha dados pessoais com terceiros, a menos que seja autorizada pelo titular de dados ou obrigada pela lei aplicável.

4. Período de conservação

A Grifols reterá os dados pessoais pelo tempo estritamente necessário para o cumprimento das finalidades para os quais foram coletados ou, se aplicável, até o final dos estatutos de limitação de quaisquer obrigações que possam surgir e durante o prazo exigido para o cumprimento de qualquer obrigação legal aplicável.

5. Fontes de dados pessoais

Se os titulares de dados não fornecerem diretamente à Grifols seus dados pessoais, a Grifols poderá obter os dados pessoais do denunciante e de terceiros envolvidos na denúncia (por exemplo, gerentes/supervisores e testemunhas).

Se o indivíduo que fizer a denúncia fornecer dados pessoais de terceiros, a Grifols fornecerá este aviso de privacidade aos referidos terceiros. O fornecimento deste aviso de privacidade a esses terceiros poderá ser adiado se a Grifols, após uma análise que varia caso-a-caso, considerar que o fornecimento destas informações em uma fase inicial pode afetar a investigação.

6. Direitos de proteção de dados

Os seguintes direitos de proteção de dados são aplicáveis nos termos do RGPD. A Grifols compromete-se a respeitar outros direitos de proteção de dados que possam ser aplicáveis de acordo com a legislação de proteção de dados de cada país.

Direitos	Conteúdos
Acesso	Você pode solicitar confirmação sobre se seus dados pessoais estão ou não sendo tratados e, em caso afirmativo, você pode obter acesso aos seus dados pessoais incluídos nos arquivos da Grifols.
Retificação	Você pode solicitar a retificação de seus dados pessoais, caso haja alguma informação incorreta.
Apagamento	Você pode solicitar o apagamento de seus dados pessoais.
Objecção	Você pode solicitar que seus dados pessoais não sejam tratados em determinadas circunstâncias.
Portabilidade	Você pode solicitar o recebimento, no formato de arquivo eletrônico, dos dados pessoais que forneceu à Grifols, assim como o direito de transmiti-los a outras partes.

Restrição ao tratamento	Você pode solicitar uma restrição sobre como seus dados pessoais são tratados quando: <ul style="list-style-type: none">- a precisão dos dados pessoais está sendo verificada após você ter contestado a precisão destes.- o tratamento de seus dados pessoais é ilegal e você se opõe a seu apagamento.- A Grifols já não precisa dos dados pessoais para finalidades de tratamento, mas você precisa deles para preparar, exercer ou defender uma reivindicação legal.- você se opõe ao tratamento dos dados pessoais para o desempenho de uma tarefa realizada em interesse público ou necessária para fins de um interesse legítimo, enquanto verifica se os motivos legítimos da Grifols sobrepõem-se os seus.
Retirada do consentimento	Você pode retirar seu consentimento sem afetar a legalidade do processamento baseado no consentimento antes de sua retirada.

Você pode exercer, quando apropriado, seus direitos de proteção de dados enviando, por exemplo, uma comunicação por escrito para a Grifols para o e-mail privacy@grifols.com com o assunto "Whistleblowing" ou "Denúncia de irregularidade". Para esse fim, a Grifols pode solicitar mais documentos e informações se necessário e se forem apropriados para identificá-lo.

Para aqueles que residem nos Estados Unidos, entrem em contato com o Escritório de Privacidade através do e-mail US-PrivacyRights@Grifols.com.

Além disso, você pode apresentar uma reclamação a uma autoridade de proteção de dados, incluindo a que atende a sua área de residência, local de trabalho ou local da alegada infração.

7. Disposições específicas

- **Áustria**

Os direitos de informação, acesso, apagamento de retificação, restrição de processamento e notificação de violações de dados pessoais não serão aplicáveis em circunstâncias em que sejam necessários para proteger a identidade de um indivíduo ou para evitar obstruir ou prejudicar medidas de acompanhamento, em particular durante o prazo dos processos investigativos, administrativos ou judiciais.

- **República Tcheca**

A obrigação legal referida na Seção 3 é regulada na República Tcheca pela Lei nº 171/2023 de 2 de junho de 2023.

- **União Europeia**

A base legal para processar dados pessoais referida na Seção 3 é regulada pelas seguintes disposições do RGPD:

- Obrigação legal: artigo 6.1© do RGPD
- Interesse público: artigo 6.1(e) do RGPD
- Interesse legítimo (da Grifols e/ou qualquer terceiro): artigo 6.1(f) do RGPD
- Consentimento: artigo 6.1(a) do RGPD.

O tratamento de categorias especiais de dados pessoais baseia-se na declaração, exercício ou defesa de ações judiciais (artigo 9.2(f) do RGPD) ou em motivos de interesse público substancial com base na Diretiva de Denúncia e nos seus regulamentos locais de implementação (artigo 9.2(g) do RGPD).

O tratamento de dados pessoais relacionados com condenações penais e infrações só é permitido sob o controle de autoridade oficial ou no âmbito do cumprimento de obrigações legais (artigo 10 do RGPD).

GRIFOLS

A obrigação legal referida na Seção 3 é regulada pela Diretiva 2019/1937 sobre a Proteção de denunciantes de irregularidades e nas leis nacionais transpostas dos membros da UE.

O consentimento referido na Secção 3, conforme regulamentado na Diretiva 2019/1937 relativa à Proteção dos Denunciantes, é necessário para documentar as denúncias orais do denunciante.

- **França**

A obrigação legal referida na Seção 3 é regulada pela Lei nº 2022-401 de 21 de março de 2022.

Quando a Grifols France S.A.R.L. for o responsável pelo tratamento de dados, os titulares de dados têm o direito de fornecer orientações sobre o gerenciamento de seus dados após a sua morte.

- **Itália**

Os direitos dos titulares dos dados podem não ser abordados se for concebível um prejuízo real e concreto à confidencialidade da identidade do denunciante. O titular dos dados denunciado pode, no entanto, exercer os seus direitos através da Garante (Autoridade Italiana de Proteção de Dados), nos termos do artigo 160 do Código de Privacidade Italiano, conforme previsto no terceiro parágrafo do artigo 2-undecies do Código de Privacidade.

A obrigação legal referida no artigo 3.º encontra-se regulada na Lei n.º 179/2017 e no Decreto Legislativo n.º 24/2023 "Lei de Proteção de Denunciantes". (179/2017).

Nos termos do artigo 12.º, n.ºs 2 e 5, e do artigo 14.º do Decreto Legislativo n.º 24/2023, o consentimento referido na Secção 3, além da documentação de denúncias verbais, deve ser obtido nos seguintes casos:

a) A divulgação da identidade do denunciante e de qualquer outra informação da qual essa identidade possa ser inferida, direta ou indiretamente, a pessoas que não sejam as competentes para receber ou dar seguimento às denúncias, expressamente autorizadas a tratar esses dados; e

b) A divulgação da identidade do denunciante e de qualquer outra informação da qual essa identidade possa ser inferida, direta ou indiretamente, no âmbito de um processo disciplinar, quando a acusação se baseie, no todo ou em parte, na denúncia e quando o conhecimento da identidade do denunciante seja indispensável para a defesa do arguido.

- **Irlanda**

A obrigação legal referida na Seção 3 é regulada pela Lei de Divulgações Protegidas (Emenda) de 2022.

- **Portugal**

A obrigação legal referida na Seção 3 é regulada pela Lei nº 93/2021 de 20 de dezembro.

Quando a Grifols Portugal – Produtos Farmacêuticos e Hospitalares, Lda. for o responsável pelo tratamento de dados, os titulares de dados têm o direito de fornecer orientações sobre o gerenciamento de seus dados após a sua morte. Quando a orientação sobre o gerenciamento dos dados após a morte não tiver sido fornecida pelos titulares de dados enquanto em vida, o exercício de seus direitos de proteção de dados definidos na Seção 6 pode ser realizado pelos seus herdeiros. Os titulares de dados também podem determinar a impossibilidade de exercer esses direitos após sua morte.

Quando há uma obrigação legal de sigilo, os direitos dos titulares dos dados não podem ser exercidos.

- **República Popular da China**

GRIFOLS

China Continental: quando os dados pessoais dos titulares de dados estiverem sendo tratados por qualquer empresa do grupo Grifols na parte continental da República Popular da China, o adendo disponível [aqui](#) aplica-se ao titular dos dados. O adendo é definido como um complemento e forma uma parte integral deste aviso de privacidade.

- **Espanha**

A obrigação legal referida na Seção 3 está regulamentada na Lei n.º 2/2023, de 20 de fevereiro, que regula a proteção das pessoas que denunciam infrações regulamentares e o combate à corrupção.

Sem prejuízo do disposto na Seção 3.2, a identidade das pessoas que fazem a denúncia será, em qualquer caso, mantida confidencial e não será comunicada às pessoas a quem dizem respeito os fatos comunicados a terceiros.

No caso de o titular dos dados a quem dizem respeito os fatos constantes na denúncia exercer o direito de oposição, presume-se, na falta de prova em contrário, que existem motivos imperiosos e legítimos para o tratamento de seus dados pessoais.

- **Suécia**

A obrigação legal referida na Seção 3 é regulada pela Lei de proteção ao denunciante (Whistleblowing Act – lei sueca (2021:890) sobre proteção especial contra represálias a trabalhadores que denunciam irregularidades).

- **Reino Unido**

Todas as referências ao RGPD em todo o documento também se referem, conforme aplicável, ao RGPD que faz parte da lei da Inglaterra e País de Gales, Escócia e Irlanda do Norte.

Última atualização: Dezembro 2024